



DECISÃO ADMINISTRATIVA DE 1ª INSTÂNCIA

Auto de Infração nº **086-18**

Fornecedor: SUPERMERCADO RENDE MAIS CNPJ 09.263.173/0001-77

EMENTA: Auto de infração. Fiscalização de oferta de produtos e verificação de itens da cesta básica para pesquisa do Procon. Cartazes de fixação obrigatória. Procon e CDC. Inexistência de código do consumidor disponível para consulta. Infração a Lei 12.291/10. Auto julgado subsistente com aplicação de multa.

Vistos etc.,

Trata-se de processo administrativo iniciado através de lavratura de auto de infração, nos termos do art. 33, II, do Decreto Federal nº 2.181/97, proveniente da ação de fiscalização, em face do fornecedor **Supermercado Rende Mais**, inscrito no CNPJ 09.263.173/0001-77, localizado na Av. Engenheiro Pedro Fonseca Paiva, nº 120, Avenida, Itajubá-MG, após fiscalização dos agentes do Procon.

Conforme se depreende da leitura do Auto de Infração (fls.02), no momento da fiscalização, o fornecedor incorreu na **seguinte infração**:

- a) Não disponibilizar em local visível de fácil acesso, cópia física do Código de Defesa do Consumidor, disponível para consulta. Infração ao art. 1º da Lei 12.291/10. (Item 1)

O fornecedor notificado no momento da fiscalização (fl. 02), apresentou defesa (fl. 03), alegando que o funcionário não tinha conhecimento da localização do Código e que o mesmo se encontrava de baixo do caixa.

É o relatório. Inexistindo vícios ou nulidades e, tendo o Auto de Infração atendido aos requisitos legais, **passo a decidir**.

A descrição dos fatos relatados, constante do presente auto de infração demonstram a violação do seguinte dispositivo legal:



Lei nº 12.291/2010

Art. 1º São os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços obrigados a manter, em local visível e de fácil acesso ao público, 1 (um) exemplar do Código de Defesa do Consumidor.

.....

No momento da fiscalização, conforme apontamentos do auto de **fl. 02**, o estabelecimento não dispunha de código do consumidor disponível para consulta.

Quanto as alegações da defesa, as mesmas não procedem, uma vez que o art. 1º da Lei nº 12.291/10, é claro ao determinar que o CDC deve ficar “*em local visível e de fácil acesso ao público*”.

Mais ainda, no caso trata-se de fornecedor reincidente, conforme certidão de **fl. 04**.

Isso posto, estando caracterizada infração as normas de proteção e defesa do consumidor, são cabíveis as sanções previstas no Código do Consumidor:

Lei 8.078/90 (Código do Consumidor)

.....

*Art. 56. As **infrações das normas de defesa do consumidor** ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes **sanções administrativas**, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas:*

I - multa;

.....

Decreto 2.181/97 (Regulamentou o CDC):

.....

*Art. 18. A **inobservância das normas contidas na Lei nº 8.078, de 1990**, e das demais normas de defesa do consumidor **constituirá prática infrativa** e sujeitará o fornecedor às **seguintes penalidades**, que poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, inclusive de forma cautelar, antecedente ou incidente no processo administrativo, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas:*

I - multa;

.....



Assim, em face do exposto, considerando que o Auto de Infração atende a todos os requisitos do Decreto Federal nº 2.181/97, **julgo subsistente a infração** identificada, e aplico ao infrator a seguinte sanção:

1. Penalidade de Multa (Lei 12.291/2010)

1.1. Quanto à infração do item 1, “*Não disponibilizar cópia física do Código de Defesa do Consumidor para consulta do consumidor.*” Infração ao art. 1º da Lei 12.291/10.

Conforme previsto no inciso I do art. 2º da Lei nº 12.291/10, e, apesar de ser reincidente (fl. 04), esse fornecedor participa do Programa Procon Você, que realiza as pesquisas de preços da cesta básica no município, nesse sentido **aplico penalidade de multa** no valor de **R\$ 532,00** (quinhentos e trinta e dois reais), correspondente a metade da pena prevista. Isso posto, determino:

a) A **intimação** do infrator na forma legal, para recolher, em favor do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Itajubá-MG, o valor da multa aplicada, devendo comprovar nos autos o pagamento, ou apresentar recurso, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar de sua intimação, na forma dos artigos 46, §2º e 49 *caput*, do Decreto Federal nº 2.181/97.

b) Na ausência de recurso, ou quando interposto, tenha lhe sido negado provimento, caso o valor da multa não tenha sido recolhido e comprovado nos autos, no prazo de 30 (trinta) dias, determino a **inscrição do débito em dívida ativa**, pelo PROCON MUNICIPAL, para posterior cobrança judicial, com juros, correção monetária e os demais acréscimos legais, na forma do art. 55, do Decreto nº 2.181/97.

Intime-se. Publique-se. Itajubá-MG, 30 de novembro de 2018.

Vinícius Fonseca Marques

Coordenador do Procon